

A Economia Ecológica e o Decrescimento: Uma perspectiva histórica e crítica

Larissa Neves de Carvalho¹

RESUMO

Neste artigo, destaca-se o papel natural da Economia como parte integrante de um sistema social e ambiental que a englobam. Apresenta-se uma abordagem histórica da economia do meio ambiente, sua relação com o conceito de desenvolvimento sustentável e sua responsabilidade com a preservação e conservação ambiental. Além disso, discorre sobre o decrescimento - sua origem, história e limitações - sob o olhar da economia ecológica como alternativa à economia de crescimento econômico. E conclui que a economia de decrescimento pode vir a ser um caminho possível, mas sua viabilidade depende de respostas mais práticas às questões que concernem à manutenção do bem-estar social.

Palavras-chave: Economia Ambiental, Economia Ecológica, Economia do Decrescimento, Transdisciplinariedade.

1. Introdução

Até meados do século XX, os impactos ambientais decorrentes do crescimento econômico não pareciam constituir, ao menos em termos globais, uma ameaça ao bem-estar da humanidade. A disponibilidade de recursos naturais não era considerada um limitador da economia mundial. Da mesma forma, acreditava-se que a emissão e o despejo de rejeitos e dejetos no meio ambiente provocariam apenas desconforto localizado, e que o desenvolvimento tecnológico reverteria essa situação (MUELLER, 2012).

Foi só no final da década de 1960 e início da década de 1970, que surgiram as primeiras análises abordando o impacto das restrições ambientais sobre o crescimento econômico e da escala dos efeitos econômicos sobre o meio ambiente. Também nesse período, foram desenvolvidos os primeiros modelos neoclássicos de equilíbrio geral que consideram o papel do meio ambiente em sua totalidade. A nova agenda ambiental exigiu contribuições das ciências sociais. Diversos biólogos desempenharam um papel influente nas discussões travadas a partir dos anos 1960 tomando partido nos movimentos ambientais emergentes (ROPKE, 2004).

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela UnB.

Vários fatores históricos influenciaram essa mudança de paradigma. Economicamente, o ponto mais relevante foi a crise energética enfrentada nos anos 1970. Apesar da crise ocorrer devido a uma restrição à exportação de petróleo para os países ocidentais, e não em razão de uma crescente consciência ambiental, o fato trouxe à tona um questionamento acerca da dependência econômica de recursos não-renováveis (ROPKE, 2004; SPASH, 2011).

Outro fator relevante foi o aumento acentuado da poluição em economias industrializadas (MUELLER, 2012). Em vista disso, diversos assuntos tornaram-se alvos de discussões, tais como: o uso de pesticidas e os testes com armas nucleares e suas conexões com possibilidade de defeitos congênitos em recém-nascidos humanos e não-humanos; as novas indústrias de energia nuclear fornecedoras de plutônio com fins armamentícios; aumento da preocupação com acidentes nucleares; o fato de que os poluentes do ar, como carvão utilizado nas termoelétricas, poderem ser transportados internacionalmente, prejudicando diversas regiões; o dano global à camada de ozônio devido ao uso, principalmente de clorofluorcarbonetos; o incrível aumento da população; e a questão alimentícia e dos recursos limitados (ROPKE, 2004; SPASH, 2011).

Neste contexto, a economia ecológica (EE) surge, de maneira incipiente, em função do aumento da consciência ambiental, a partir dos anos 1960, devido aos diversos eventos que sucederam à nova agenda ambiental, e, também, à evolução e ao aumento da importância da ecologia na literatura como conteúdo transdisciplinar.

A EE foi institucionalizada com o estabelecimento da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE) e com o periódico *Ecological Economics*, em 1988 e 1989, respectivamente; e tem entre os principais responsáveis por sua consolidação os aurores: Kenneth E. Boulding, Nicholas Georgescu-Roegen, Herman E. Daly, Robert U. Ayres e Allen Kneese (ROPKE, 2004; CECHIN, 2010).

Neste artigo, apresenta-se o posicionamento histórico contemporâneo das Ciências Econômicas frente ao meio ambiente e faz uma revisão analítica de literatura. O intuito é contextualizar a disciplina da EE e situá-la, criticamente, em relação ao conceito de crescimento sustentável e à economia de decrescimento econômico.

O movimento original da EE objetiva integrar o sistema econômico às questões ambientais não abordadas, ou abordadas de maneira incipiente pela economia ambiental neoclássica (EA). Almeja soluções para os novos e desafiantes

problemas ambientais e busca repensar, de maneira fundamental, a economia como parte integrante de um sistema (GEORGESCU-ROEGEN, 1971, 1975). Para tal, a EE preza sempre pela pluralidade e busca reunir uma variedade de perspectivas acadêmicas para encontrar soluções para as crises ambientais (COSTANZA *et al.*, 2016). Na seção 2, apresenta-se uma contextualização da economia do meio ambiente, com ênfase nos fundamentos teóricos da EE.

A questão deixada em aberto na literatura da EE é justamente a transição de uma economia de crescimento para um modelo distinto e sustentável, que é a proposta da economia do decrescimento. A ideia de decrescimento econômico surge da necessidade criada pelo uso exaustivo dos recursos existentes no Planeta. Segundo os autores do decrescimento, o atual modelo crescimento econômico está fadado à extinção, pois os limites biofísicos do Planeta foram atingidos (GEORGESCU-ROEGEN, 1975). Na seção 3, apresentam-se algumas das respostas dadas pela linha de pensamento do decrescimento econômico, e, diante da insustentabilidade do nosso atual modelo de desenvolvimento, as conclusões desses estudos levam a uma busca por mudanças no comportamento econômico e ambiental.

2. A Economia Ecológica

A princípio, a questão ambiental foi abordada pela economia neoclássica de maneira muito incipiente por Pigou (1920), que chegou a realizar uma abordagem acerca dos problemas ambientais que afetam o funcionamento eficiente do mercado, o que denominou de “externalidades”. Contudo, o enfoque dado ao meio ambiente foi demasiado superficial, pois a ideia de externalidades só se justificaria em uma escala reduzida, ou seja, com baixa demanda por recursos naturais e energéticos, e baixa produção de resíduos e rejeitos pelo sistema produtivo. Desde então, diversos autores (AYRES & KNEESE, 1969; KNEESE, AYRES & D’ARGE, 1970; NOLL & TRIJONIS, 1971; TIETENBERG, 1973; MÄLER, 1974) fizeram esforço para que a economia neoclássica abordasse a economia como um sistema que retira do meio ambiente recursos a serem transformados no processo produtivo, bem como a existência de um processo unidirecional e irreversível do uso da energia (MUELLER, 2012; CECHIN, 2010).

Atualmente, existe um amplo consenso da existência de duas grandes correntes de pensamento da economia do meio ambiente: a EA e a EE. Na EA, existe uma análise centrada na economia de mercado de países ou regiões desenvolvidas, e

Economia Ecológica	Georgescu-Roegen; Herman Daly; Robert Ayres; Costanza.	Sfor	Limitado	Pouco definida	Pouco definida	Pouco estabelecido	Forte
Economia Ambiental Neoclássica	Soddy; Allen Kneese.	Sfra	Ilimitado	Bem definida	Bem definida	Sustentação matemática	Fraca

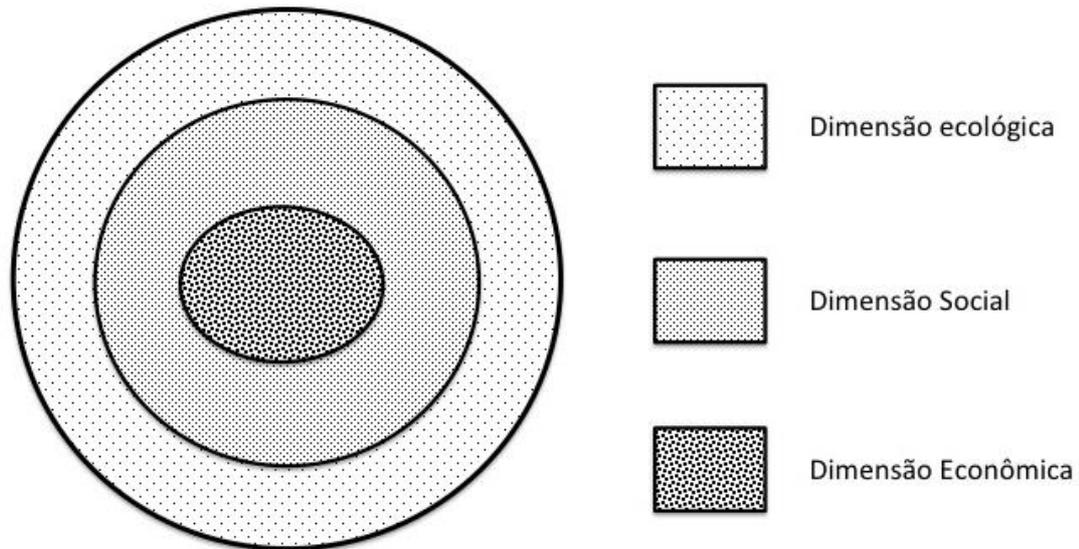
Sfor=Sustentabilidade forte; Sfra=Sustentabilidade fraca

Fonte: Elaboração própria

À EE é possível atribuir a qualidade de ter surgido como uma disciplina fundamentada na busca por uma economia de baixo *throughput* (fluxo de produção), que funcione dentro dos limites ecológicos do Planeta (ANDERSON & M'GONIGLE, 2012). Dessa maneira, é difícil contestar o ponto central observado pela disciplina, no qual a economia humana e o sistema ecológico estão muito mais conectados do que normalmente é reconhecido, e que o processo econômico é, também, um processo natural com vertentes biológicas, físicas e químicas (ROPKE, 2004; ROPKE, 2005; SPASH, 2011).

René Passet (1979), em *L'économie et le vivant*, apud Martinez-Allier (2013, p. 02), desenhou uma representação da relação entre a natureza, a sociedade humana e a economia (figura 1), na qual a economia está introduzida na dimensão social (estrutura dos direitos de propriedade sobre os recursos e serviços ambientais, distribuição social do poder e da renda, estruturas sociais de gênero, classe ou casta social), e esta, por conseguinte, está integrada ao ecossistema.

Figura 1: A economia embutida nas instituições da sociedade humana e na biosfera



Fonte: Adaptado de René Passet (1979), *apud* Martinez-Allier (2013, p.02).

A EE surgiu com o intuito de estabelecer a economia como parte integrante da natureza e de amenizar a frustração com a inexistência de disciplinas capazes de cobrir esse *gap* no conhecimento. Os precursores do movimento econômico-ecológico, Boulding e Georgescu-Roegen, tiveram o papel de disseminar a visão básica de que a economia e os sistemas ecológicos estão muito mais interligados do que normalmente é reconhecido. Dessa maneira, estimularam o debate e permitiram que, academicamente, o campo ganhasse aceitação institucional, relevância nas políticas públicas e credibilidade intelectual na economia política dominante (de alto *throughput*) (ROPKE, 2005). Algumas de suas ideias serão expostas a seguir.

Kenneth Boulding, considerado um precursor da EE, preocupado com a escassez de materiais, apresenta em seu artigo, *The Economics of the Coming Spaceship Earth* (BOULDING, 1966), a Terra de duas maneiras econômicas distintas: a “economia *cowboy*”, com sistema aberto (que realiza troca de matéria e energia com o meio exterior), que toma os recursos como ilimitados; e a segunda “a Terra do futuro” como uma nave espacial, ou seja, um sistema fechado (que realiza apenas trocas de energia com o meio exterior).

A maior diferença entre as duas formas de economia reside na atitude perante o consumo e a produção. Em uma “economia *cowboy*”, o consumo e a produção são considerados fatores positivos, e o sucesso econômico é medido pelo nível de crescimento do *throughput* dos fatores. Em contrapartida, a economia do cosmonauta

considera que o *throughput* deve ser minimizado e não maximizado. Nesse caso, o sucesso econômico é medido pela natureza, extensão, qualidade e complexidade do estoque de capital total (BOULDING, 1966).

Boulding (1966) alerta que deixar as expectativas do futuro para o futuro e se preocupar apenas com as necessidades do presente, gerando aumento da escassez de matérias primas (sejam elas produtos primários² ou poluentes), aproximará cada vez mais do presente a economia do cosmonauta, uma economia com recursos escassos e com alto nível de poluição.

Georgescu-Roegen, considerado o pai da EE, reconhece os limites físicos (consequentemente econômicos) inerentes ao sistema de produção, e justifica a integração e a restrição entre o sistema econômico e o meio ambiente pelas leis da termodinâmica em seu épico livro *The Entropy Law and the Economic Process* (Georgescu-Roegen, 1971):

- i. A lei de conservação de matéria e de energia garante que nem a matéria nem a energia podem ser criadas ou destruídas, porém, elas podem sofrer transformações. Uma consequência direta desta lei é que a criação de novos bens materiais, a partir de recursos naturais, acarretará a geração de resíduos e a dissipação de energia (MUELLER, 2012);
- ii. A lei da entropia regula a energia envolvida na transformação dos recursos. Conforme essa lei, a energia existe sob dois estados qualitativamente diferentes. Um estado é a energia utilizável (ou de baixa entropia). Esta seria a energia na sua forma organizada, sobre a qual é possível exercer domínio, como, por exemplo, um pedaço de carvão que ainda não foi queimado. O outro estado possível da energia é a energia não-utilizável (ou de alta entropia). Este último estado considera a energia desorganizada ou caoticamente dissipada, como, por exemplo, a energia térmica contida nas ondas das marés (GEORGESCU-ROEGEN, 2012). Destarte, essa lei garante que o processo de reciclagem tem um limite físico, pois parte da energia se dissipa durante o processo de transformação da matéria. Logo, se o sistema econômico trabalha coletando recursos naturais essenciais à produção e despejando resíduos e rejeitos sem

² Do inglês, *raw materials*.

qualidade econômica no meio ambiente, não seria possível enxergá-lo como um ciclo fechado.

Baseando-se nas leis de conservação de matéria e na irreversibilidade da entropia, Goergescu-Roegen(2012, p.69) conclui:

“É possível que o desenvolvimento econômico fundamentado na abundância industrial seja benéfico para nós e para aqueles que puderem desfrutar dele num futuro próximo, mas não deixa de ser contrário ao interesse da espécie humana em sua totalidade se, pelo menos, seu interesse é durar o quanto lhe permita seu dote de baixa entropia. Por meio desse paradoxo do desenvolvimento econômico, podemos perceber o preço que o homem deve pagar pelo privilégio único, que é sua capacidade de ultrapassar seus limites biológicos em sua luta pela vida.”

A termodinâmica serviu de inspiração para que conceitualizar os processos econômicos em termos biológicos – fluxo de energia e matéria. Essas ideias passaram por um longo período de amadurecimento entre os anos de 1970 e 1980, quando receberam formulações mais modernas e se tornaram a base da EE como um campo de estudo (ROPKE, 2004).

A EE moderna foi institucionalizada com o estabelecimento da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE), em 1988, e a publicação da primeira edição do periódico *Ecological Economics*, em 1989, (ROPKE, 2005).

A EE permitiu que pesquisadores de diversas áreas se juntassem para formar um novo campo transdisciplinar de estudo, pois para solucionar os desafiantes problemas contemporâneos, faz-se necessário um pensamento holístico. Nesse contexto, a formação da EE compreendeu pesquisadores de áreas distintas, tais como: ecologia de sistemas; economia biofísica, ambiental, social e agrícola; estudos de energia baseados na física e na engenharia; teoria geral dos sistemas; dentre outras (ROPKE, 2004; INGEBRIGTSEN & JAKOBSEN, 2012).

Desta maneira, é possível afirmar que a transdisciplinaridade e o pluralismo são características intrínsecas à EE e permitiram uma argumentação vasta e heterogênea, com um aparente desprendimento das argumentações e contribuições que a antecederam. Isso possibilitou à EE preencher o maior *gap* da EA neoclássica: lidar adequadamente com a escassez de recursos e a degradação ambiental (COSTANZA, 1991; ROPKE, 2005).

Contudo, apesar de a heterogeneidade contribuir para uma ciência mais ampla, isso resultou em uma base do conhecimento que não está bem estruturada e

sistematicamente organizada. Isso acarreta em uma identidade fraca para o campo de estudo (ROPKE, 2005).

A falta de atenção despendida à fundamentação teórica da EE resultou em uma posição epistemológica confusa e precária. Existe um conflito de confiança entre a nova visão trazida pela EE e a pré-existente na teoria e métodos da economia do *mainstream*. Isso acarreta na diminuição do poder e da originalidade que a diferenciava do *mainstream* econômico e, conseqüentemente, na aproximação entre a EE e a EA (ROPKE, 2005; ANDERSON & M'GONIGLE, 2012; SPASH, 2012).

De maneira geral, isso ocorre devido à fraca fundamentação filosófica e às conseqüentes questões deixadas em aberto pela EE: o papel do empirismo, o formalismo matemático e o significado do pluralismo. Logo, a EE requer fundações mais sólidas na filosofia da ciência, a fim de esclarecer como as ciências naturais e sociais podem cooperar e até que ponto elas podem se combinar para criar mais conhecimento (ROPKE, 2005; SPASH, 2011; ANDERSON & M'GONIGLE, 2012; SPASH, 2012).

Contudo, apesar da aproximação entre a EE e a EA ser interpretada por alguns autores como uma perda de identidade do movimento, atrelar características da EA, que buscam quantificar o meio ambiente, ao empirismo da EE, faz com que seja possível o desenvolvimento de políticas com vertentes ambientais sustentáveis de maior aplicação prática. Isso ressalta uma característica essencial à EE -a pluralidade.

Na próxima seção, discorre-se sobre a economia de decrescimento, um desdobramento da EE, como uma das soluções possíveis para os problemas ambientais vigentes. Apesar de a economia de decrescimento fugir do escopo teórico pregado pelo *mainstream*, é clara uma aproximação metodológica. O uso de ferramentas e métodos matemáticos da EA é amplamente utilizado pelos autores do decrescimento. Isto reforça a aproximação entre a EE e a EA, mas de uma maneira positiva.

3. A EE e o Decrescimento Econômico

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, marcou o início de uma nova era de desenvolvimento por meio da adoção mundial do conceito de desenvolvimento sustentável (DS). Desde a liberação da Agenda 21 – instrumento de planejamento desenvolvido pelo evento – um esforço nas escalas

global, nacional e local tem sido feito para garantir progresso nesse sentido, pois foi reconhecido que as necessidades e aspirações dos seres humanos devem estar em consonância com a saúde dos sistemas ecológicos (MMA, 2014; WILSON *et al.*, 2007).

A partir de então, o campo da sustentabilidade ganhou muita visibilidade, sobretudo nas discussões em torno do modelo de desenvolvimento econômico, nas controvérsias acerca das mudanças climáticas, e nas interpretações do conceito e dos princípios de sustentabilidade (NASCIMENTO, 2012).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD, p. 54, 1991) apresenta o Relatório Brundtland, que traz a seguinte definição do conceito de DS:

“É o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades humanas do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. É composto por dois conceitos-chave:

- i. O conceito de “necessidades”, em particular as necessidades dos pobres de todo o mundo, aos quais se deve dar prioridade máxima; e
- ii. O conceito de limitações, imposto pela limitação tecnológica e pela organização social, às quais se deve atentar para que as necessidades presentes e futuras sejam atendidas.”

A Comissão considera a existência de limitações ao desenvolvimento, mas deixa claro que elas são atribuídas a um estado presente da tecnologia e organização social, e à capacidade da biosfera de absorver os impactos da atividade humana – capacidade de resiliência. Conclui-se, então, que tanto a tecnologia quanto às organizações sociais podem evoluir para tornar possível uma nova era de crescimento econômico (CMMD, 1991).

Mueller (2012) resume a essência do conceito de DS em três metas econômicas centrais:

- i. A preservação e aumento dos níveis de bem-estar, numa perspectiva de longo prazo;
- ii. Significativo esforço para diminuição da pobreza; e
- iii. Preservação do nível de capital básico, tanto físico quanto natural, da sociedade humana.

É clara a presença da hipótese ambiental de sustentabilidade fraca da EA no conceito de desenvolvimento sustentável. Pois, descrito dessa maneira, seria possível se desenvolver de maneira sustentável sem que houvesse mudanças significativas no processo econômico atual. O conceito de DS está estreitamente relacionado à ideia

crescimento econômico e de aumento e manutenção do bem-estar (MUELLER, 2012).

A EE fez um trabalho amplo para a compreensão da economia humana como parte integrante e dependente de um sistema biofísico finito e limitado. Nesse sentido, a EE critica, particularmente, a ideia de crescimento como progresso (NORGAARD, 1994) e rejeita os modelos do *mainstream* econômico fundamentados na hipótese do *Homo economicus*³ (KALLIS *et al.*, 2009).

Considerando os crescentes níveis de poluição e a capacidade de resiliência do Planeta, são discutíveis o desejo de maior crescimento em economias de alto consumo e a correlação entre o bem-estar individual, bem-estar social e crescimento econômico (VICTOR, 2012). Logo, em decorrência das controvérsias que concernem às economias de alto consumo, houve, nos últimos anos, um ressurgimento do interesse por economias de baixo crescimento, não-crescimento e decrescimento.

Segundo Odum e Odum (2006) *apud* Martínez-Alier *et al.* (2010, p.5), o crescimento econômico, mesmo que sob a carapuça de desenvolvimento sustentável, acarretará um colapso social e ecológico. Cechin (2010, p.178) vai além e caracteriza as reivindicações acerca do meio ambiente como esquizofrênicas, pois “ao mesmo tempo que se pede mais e mais crescimento, se pede também para salvar o planeta”.

Em resposta aos desafios econômicos e ambientais atuais, os economistas ecológicos adeptos ao decrescimento foram unânimes: não é mais possível aumentar os níveis de produção de maneira sustentável, ou seja, o modelo econômico baseado no crescimento não pode mais continuar, pois é necessário respeitar os limites biofísicos do planeta (BERG & HUKKINEN, 2011; ANTAL, 2014; KLITGAARD & KRALL, 2012; KALLIS *et al.*, 2012).

Nesse sentido, vale ressaltar Easterlin (1979), que, há aproximadamente 40 anos, escreveu seu artigo seminal acerca da economia da felicidade, desafiando a suposta correlação sempre positiva entre o crescimento econômico e a felicidade humana. Seu questionamento segue relevante: é possível afirmar que, em decorrência do processo de desenvolvimento econômico, a felicidade humana efetivamente aumenta conforme a renda dos países cresce?

³ Baseia-se em uma visão reducionista do comportamento humano: individualista, egoísta, competitivo, maximizador de lucro e utilidade, e que privilegia os mercados e o custo-benefício dos desejos humanos (KALLIS *et al.*, 2009; BLOEMMEN *et al.*, 2015).

Espera-se uma resposta positiva para essa pergunta. Contudo, segundo o Paradoxo de Easterlin (MARTÍNEZ-ALLIER, 2013), se as necessidades básicas são atendidas, o nível de consumo não é relevante como medida da felicidade, e conclui que, a partir de um determinado nível de renda, a satisfação não cresce (EASTERLIN, 1979). Isso ocorre por dois motivos: primeiro, a felicidade é adaptativa e posicional, ou seja, se todos estão enriquecendo conjuntamente, ninguém se torna mais feliz (HIRSCH, 1976 *apud* KALLIS *et al.*, 2012). Segundo, após a satisfação das necessidades básicas, a felicidade está relacionada à qualidade de vida, e o nível de bem-estar não está, necessariamente, correlacionado à riqueza (KALLIS *et al.*, 2012). Politicamente, isso significa que uma distribuição mais equitativa de renda e investimento em serviços públicos fariam mais diferença nos níveis de felicidade que apenas o crescimento generalizado (EASTERLIN, 2010, *apud* KALLIS, 2012, p.3).

Desse modo, a ideia de decrescimento aparece como uma possível resposta ao paradigma do crescimento econômico e aos problemas decorrentes dele; e desafia a concepção pré-estabelecida de que o crescimento econômico acarreta uma vida melhor e mais feliz (BAUHARDT, 2014)

3.1 Compreendendo o decrescimento

A ideia de decrescimento (*La décroissance*, em francês) é defendida por autores de diferentes conotações filosóficas, movimentos e fontes intelectuais (SCHNEIDER *et al.*, 2010). Sua origem pode ser traçada em paralelo à EE, mas é relevante destacar que está extremamente conectada ao movimento francês de decrescimento (MARTÍNEZ-ALIER *et al.*, 2010).

A grande influência da EE ao movimento do decrescimento foi o trabalho de Georgescu-Roegen, considerado o “pai do decrescimento”, nos anos 1970 (MARTÍNEZ-ALIER *et al.*, 2010). Sua tese abordou a necessidade de compreensão das leis da termodinâmica aplicadas ao funcionamento da economia. Georgescu-Roegen (1971, 1975) antecipou os problemas enfrentados pela economia atual quanto à redução na produção e no consumo, fundamentando-se na ecologia. Já o decrescimento à moda francesa possui uma concepção histórico-cultural antropológica mais forte e teve início nos anos 1930 com o trauma do pós-Guerra e da crises econômica de 1929. Foi muito influenciado pelo Marxismo e adotou uma postura mais politizada (MARTINEZ-ALIER, 2010). Apesar de divergirem quanto à origem, é relevante destacar que as duas concepções se aproximam, à

exemplo dos questionamentos de Georgescu-Roegen (1975, p.353) sobre o conceito de “*enjoyment of life*”, centrado na questão antropológica de como desfrutar e o que é uma “boa vida”. Dessa maneira, o grande desafio do decrescimento, independentemente de sua ascendência, é encontrar soluções ambientais efetivas e, de maneira simultânea, social e politicamente viáveis.

Latouche (2009, p.04), talvez a principal referência francófona da teoria do decrescimento, destaca o decrescimento da seguinte maneira:

“[...] não se trata de preconizar o decrescimento pelo decrescimento[...]. A palavra de ordem “decrescimento” tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade.”

Berg & Hukkinem (2011) fazem uma breve revisão de literatura e constataam dois aspectos do decrescimento com uma vertente mais política e prática. Primeiro, o decrescimento enxerga o imperativo do crescimento e a natureza econômica como um fenômeno histórico. Dessa forma, consegue alterar sua natureza de crescimento incondicional, resultando, assim, em mais espaço para políticas sociais. Segundo, o decrescimento eleva a importância da democracia e do senso de comunidade em oposição ao consumismo e ao economicismo (FOURNIER, 2008; MARTÍNEZ-ALIER, 2010; van den BERG, 2010 *apud* BERG & HUKKINEM, 2011, p.152).

Dentro da EE, o conceito de decrescimento sustentável é praticamente unânime e pode ser definido como uma redução equitativa na produção e no consumo – sem que isso signifique apenas uma redução quantitativa no PIB *per capita* –, resultando em aumento do bem-estar humano, melhorias nas condições ecológicas e maior equidade no Planeta no curto e no longo prazo (RESEARCH & DEGROWTH, 2010; SCHNEIDER *et al.*, 2010; KALLIS, 2011). Aqui o adjetivo sustentável não significa que o decrescimento deva seguir indefinidamente, mas que o processo de decrescimento deve ocorrer de maneira social e ambientalmente benéfica (SCHNEIDER *et al.*, 2010).

Contudo, apesar de receber muito apoio, o decrescimento econômico também enfrenta críticas dentre os economistas ecológicos. Van den Berg (2011), talvez o principal crítico, argumenta que o decrescimento pode ser interpretado de diversas maneiras distintas (diminuição do PIB, diminuição do consumo, diminuição das horas de trabalho, decrescimento radical e decrescimento físico) e essas múltiplas interpretações tornam o conceito ambíguo e confuso. Ademais, ela acredita que o

decrecimento seja ambientalmente ineficaz, social e politicamente inviável e economicamente ineficiente.

Kallis (2011) responde à crítica de Van den Berg (2011) e defende o decrecimento sustentável não apenas como uma hipótese inevitável, mas também como uma potente visão política com poder de transformar a sociedade. Kallis *et al.* (2012) complementam: o decrecimento é claro quanto aos seus anseios e objetivos, e é apenas uma questão de tempo para que estudos específicos definam as medidas e as variáveis precisas do decrecimento.

3.2 Como o decrecimento pode se tornar próspero?

A crise econômica de 2008 se revelou como uma oportunidade sem igual para discutir a possibilidade de mudanças na economia e no estilo de vida, ou seja, uma guinada social que não acarrete em abismos ambientais ou sociais (SCHNEIDER *et al.*, 2010). Fomentou, ainda, diversas publicações na área da macroeconomia combinando a crise econômica e a crise ambiental (SCHNEIDER *et al.* 2010; KALLIS *et al.*, 2010; URHAMMER & ROPKE, 2013).

Kallis *et al.* (2012) justificam o interesse dos críticos do crescimento econômico pela crise em três pontos principais. Primeiro, não foi apenas uma crise financeira, foi uma crise multidimensional, englobando a democracia, os valores sociais e o meio ambiente. Segundo, a crise foi acarretada pelo interesse na manutenção do crescimento econômico, por meio da desregulamentação do sistema financeiro e a disponibilidade excessiva de dinheiro no mercado (SPETH, 2012 *apud* KALLIS *et al.*, 2012). Terceiro, resgatar o crescimento econômico tornaria mais fácil a recuperação econômica, contudo, acarretaria uma aceleração na mudança climática, perda de biodiversidade, aumento da extração de recursos e da deposição de resíduos (MARTINEZ-ALLIER., 2010 *apud* KALLIS *et al.*, 2012). Em vista disso, é fácil compreender que a manutenção do crescimento econômico não é melhor solução para o problema, pois, apesar de manter o *status quo* da economia, desconsidera a questão ambiental.

Em relação ao exposto, Griethuysen (2012) faz uma abordagem muito interessante quando à origem da pressão pelo crescimento econômico, relacionando-o

à distinção conceitual de regimes institucionais baseados na posse e na propriedade⁴. Regras de posse definem os direitos e deveres quanto ao uso e aos rendimentos dos recursos disponibilizados, ou seja, “[...] quem, de que maneira, quando e em que lugar, até que ponto, e pela exclusão de quem, poderão ser utilizados os bens e recursos” (STEIGER, 2006, p.186, *apud* GRIETHUYSEN, 2012, p.263).

As regras de propriedade, em contraste, são firmadas com títulos formais de propriedade, e proveem ao seu detentor a possibilidade de realizar operações de crédito. Títulos de propriedade concedem ao seu detentor direitos de longo prazo de exclusividade sobre o uso de recursos, ou seja, o valor do título está estabelecido na exclusão de não-detentores, garantindo a manutenção e perpetuação do regime de propriedade. O que difere os títulos de propriedade de outras regras de posse é a dissociação entre o título e o recurso à que ele se refere, isto é, permite ao proprietário relevar o uso material e focar no uso capitalista (ou financeiro) do recurso.

Steppacher (2008) *apud* Griethuysen (2012, p. 263) complementa, quando os direitos de propriedade estão bem estabelecidos, o poder é consolidado nas mãos da elite que o detém, e, em decorrência disso, ocorre uma expansão do poder, circular e cumulativa, visando à capitalização de recursos. Nesse cenário, a solvência, a confiabilidade e o retorno futuro são essenciais para expansão do modelo capitalista baseado em títulos de propriedade.

Por conseguinte, o oposto do crescimento é a recessão, e, conseqüentemente, aumento dos níveis de desemprego e piora na qualidade de vida. Dessa forma, tanto as políticas voltadas para a oferta quanto às voltadas para a demanda buscam no crescimento econômico soluções para os problemas de desemprego e débito fiscal. (BLOEMMEN *et al.*, 2015).

Nesse sentido, Antal (2014) argumenta que, para o modelo econômico vigente prosperar, faz-se necessária uma rápida, sustentável e absoluta redução do impacto ambiental por unidade do PIB (desmaterialização⁵). Ou seja, uma mudança qualitativa no processo produtivo, que visa a um menor impacto ambiental mesmo com o crescimento econômico. Contudo, nenhum indicador ambiental mundial apresentou resultados favoráveis à absoluta desmaterialização do PIB, o que já era esperado, pois os fatores que aumentam o PIB aumentam, também, o impacto ambiental por unidade

⁴ Do inglês, *possession* e *property*.

⁵ Do inglês, *decoupling*.

do PIB e ofuscam quaisquer melhorias acarretadas pela desmaterialização (ANTAL, 2014).

Kallis *et al.* (2012) ressalta a dependência do sistema produtivo econômico em relação ao meio ambiente. Este é o grande fornecedor de energia, de matéria e de absorção de resíduos. Baseando-se em Georgescu-Roegen (1971), todos estes são recursos exauríveis, pois a lei da entropia garante que a energia não pode ser reutilizada e os materiais são recicláveis até certo ponto. Logo, caso não seja possível realizar a desmaterialização entre o meio ambiente e o PIB, o crescimento econômico se tornará insustentável e mudanças decrescentes de bem-estar inevitáveis (ANTAL, 2014). Como Georgescu-Roegen (1971, 1975) adiantou, o único caminho sustentável é o decrescimento.

É importante ressaltar que o decrescimento econômico também passa pela desmaterialização; contudo, segundo Schneider *et al.* (2010), vai muito além disso, pois apenas a melhoria na eficiência do uso de recursos não garante a solução dos problemas ambientais. É necessário reduzir a escala de produção e consumo para se atingir uma economia de baixo *throughput*.

Nesse cenário, as propostas de como decrescer sustentavelmente são muitas, dentre elas: aumentar as responsabilidades ecossociais legais; regulamentar as práticas capitalistas do mercado de crédito e de derivativos; orientar investimentos para benefícios sociais e aprimoramento das condições ecológicas; distribuir a renda de maneira equitativa; estabelecer limites máximos para emissão de CO₂; criar novas formas de dinheiro; reduzir as taxa de juros a zero; estabelecer novas formas de propriedade; reduzir as horas de trabalho e compartilhar as horas de trabalho existentes; criar propriedades e firmas cooperativas; incentivar à economia de compartilhamento (BERG & HUKKINEN, 2011; KALLIS *et al.*, 2012, KLITGAARD & KRALL, 2012, VAN GRIETHUYSEN, 2012). O grande impasse é que todas essas propostas são de alto impacto econômico, e uma transição para um sistema de decrescimento econômico pode se tornar instável, gerando desemprego, queda na demanda efetiva, aumento dos gastos com seguro-desemprego, e uma crise fiscal do Estado (KALLIS *et al.*, 2012). Logo, o desafio para os estudiosos do decrescimento é apresentar soluções para uma transição o mais suave possível.

É conveniente ressaltar a distinção feita por Schneider *et al.* (2010) entre um decrescimento insustentável – recessão econômica e deterioração das condições sociais – e um decrescimento sustentável. O decrescimento sustentável envolve a

redução da escala de produção e das atividades de consumo, mantendo o bem-estar, a sustentabilidade ecológica e a equidade social. O argumento de Schneider *et al.* (2010) é relevante, pois revela a essência do movimento de decrescimento; contudo, essas ações resultam em uma queda do PIB, considerado pelos autores como um fator secundário.

O crescimento do PIB é valorizado por diversas razões, e talvez a mais importante delas seja sua relação com o nível de emprego, pois, em uma economia de crescimento econômico, o desemprego tende a aumentar quando a economia não cresce com a devida rapidez (ANTAL, 2014). Logo, o crescimento é necessário para evitar desemprego em massa, e um dos principais desafios para a agenda do decrescimento é encontrar soluções viáveis que amenizem esse problema, que está diretamente ligado ao nível de bem-estar das pessoas.

Para Antal (2014), o decrescimento econômico e o pleno emprego são incompatíveis, a menos que ocorram mudanças sistêmicas. Dentre as alternativas apresentadas estão: a redução no custo da mão-de-obra, por meio da redução de impostos ou flexibilização das leis trabalhistas, com o intuito de evitar demissões durante um período prolongado sem crescimento econômico; mudanças automáticas nas políticas trabalhistas em períodos de decrescimento, como a redução das horas de trabalho; ou um esforço governamental para garantir a oferta de empregos.

O PIB também é relevante em uma economia de crescimento como medidor do sucesso econômico. Em uma economia de decrescimento, o PIB é um péssimo indicador de bem-estar social (Van den BERG, 2010). Dan O'Neill (2012) *apud* Kallis *et al.* (2012, p.175), no intuito de buscar uma solução, propõe um sistema de "contabilidade do decrescimento" composto por indicadores biofísicos e sociais. Os indicadores biofísicos estão baseados na definição da economia de estado-estacionário e os indicadores sociais nos objetivos do movimento de decrescimento (equidade, suprimento de necessidades básicas, senso de comunidade, participação na democracia, desemprego, expectativa de vida e nível de bem-estar); esses indicadores classificariam as nações em níveis diferentes de decrescimento.

É importante ressaltar que os autores do decrescimento não pregam um decrescimento econômico eterno (KALLIS *et al.*, 2012), pois isso seria irracional. Contudo, é imprescindível um reenquadramento econômico, de produção e consumo, que respeite os limites de resiliência do Planeta. Para tal, a sociedade de decrescimento necessitará de instituições diferentes para conseguir manter o pleno

emprego, pois se não há crescimento econômico, é esperado que o desemprego aumente de maneira significativa na maior parte das economias e com alto e imediato impacto negativo no bem-estar (KALLIS *et al.*, 2012; ANTAL, 2014). Klitgaard & Krall (2012) ressaltam que a economia do decrescimento não terá apoio da classe trabalhadora, a não ser que comece a abordar de maneira prática as condições de trabalho.

Apesar de todas essas ressalvas quanto à implementação de ações de decrescimento econômico, é importante ressaltar que existem iniciativas microeconômicas de decrescimento em prática atualmente. Bloemmen *et al.* (2015) apresenta as Comunidades que Sustentam a Agricultura⁶ ou CSA como um exemplo de iniciativas de base com uma abordagem microeconômica baseada em uma visão macroeconômica de decrescimento.

Bloemmen *et al.* (2015) utiliza como estudo de caso um exemplo de CSA de auto-colheita na Bélgica. Existem vários tipos de CSA, e, neste caso específico, o produtor estima o custo total da produção e a quantidade total de vegetais produzidos e divide a produção em cotas de colheita, que são vendidas à comunidade de consumidores. O produtor define um plano de produção no início da estação, e o produtor e os consumidores acordam uma remuneração fixa e razoável pela produção. Além disso, os consumidores visitam a plantação frequentemente e são responsáveis por parte da colheita. Logo, o consumidor passa a ser um coagricultor, além de financiar e garantir o escoamento da produção. A prática da CSA implica e objetiva uma atividade econômica de menor escala e um aumento na qualidade de vida dentro da perspectiva de decrescimento econômico. Existem vários exemplos de CSA no mundo.

No Brasil, as CSA já estão estabelecidas em 10 estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Pernambuco, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Somente em Brasília, Distrito Federal, existem 13 CSAs em funcionamento, dentre elas, 10 unidades foram inauguradas no ano de 2016.

Considerações Finais

⁶De inglês, *Community Supported Agriculture*.

Os problemas ambientais foram agravados a tal ponto que é impossível ignorá-los. O discurso de desenvolvimento sustentável, que perdurou durante os últimos 30 anos, não pode ser mais aceito para pensar a regulação entre o ambiente e a sociedade. Pensar a economia como parte integrante de um sistema maior é primordial para a manutenção do bem-estar social humano. O objetivo deste artigo foi o de trazer elementos científicos sobre o momento econômico-ecológico social e acadêmico que vivemos, ressaltando os principais conceitos e direcionamentos presentes na literatura.

O conceito de desenvolvimento sustentável, claramente conectado à ideia de crescimento econômico, é amplamente criticado por aqueles que o percebem como uma distorção do livre mercado. Linhas de pensamento econômico-ambientais mais heterodoxas, como a EE, acreditam que não haja mais possibilidade de ampliar a capacidade produtiva mundial de forma sustentável no longo prazo (MARTINEZ-ALIER *et al.*, 2010). A EE defende, dentre outras ideias, uma economia de decrescimento econômico e um conceito de desenvolvimento sustentável menos econocêntrico.

A EE retomou o trabalho na compreensão da economia de decrescimento de maneira muito interessante, e está bem posicionada para liderar a discussão a respeito do decrescimento próspero, com várias contribuições quanto ao limite do crescimento e caminhos alternativos para aumento do bem-estar (KALLIS *et al.*, 2012). Contudo, a literatura ressalta a necessidade de levar o decrescimento a vias mais práticas, trazendo elementos robustos que permitam sua implementação, associada à manutenção ou melhoria de bem estar (BERG & HUKKINEN, 2011; KLITGAARD & KRALL, 2012).

Dentre os principais problemas a serem resolvidos pelos economistas que advogam pelo decrescimento estão a manutenção do nível de emprego e do bem-estar e o tempo ideal para manter uma política de decrescimento (KALLIS *et al.*, 2012; ANTAL, 2014). Contudo, essas questões não serão solucionadas apenas com movimentos pontuais. Faz-se necessária uma reestruturação social e política.

Nesse aspecto, a economia do decrescimento deixa diversas questões em aberto e que precisam ser discutidas com um viés mais prático: é realmente possível conciliar o pleno emprego e a estabilidade econômica sem crescimento econômico? Como as produções se organizam sem crescimento? E sob quais condições político-sociais essas mudanças poderiam ocorrer? Qual o impacto dessas políticas em

economias desenvolvidas? Principalmente, qual seria o papel das economias em desenvolvimento em um ambiente econômico decrescente? Como isso impactaria o bem-estar das comunidades mais pobres e vulneráveis? Enquanto a economia do decrescimento não tiver respostas para essas questões, a discussão se restringirá a um mundo acadêmico e utópico. Conforme a economia do decrescimento for respondendo às essas questões, ela deixará de se restringir ao mundo acadêmico e superará a crítica de ser utópica, colocando-se necessária.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, W. M. *The Future of Sustainability: Re-thinkign Environment and Development in the Twenty-first Century*. IUCN, 2006. Disponível em: https://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_future_of_sustanability.pdf. Acesso em 03 de junho de 2016.
- ANDERSON, B.; M'GONIGLE, M. *Does ecological economics have a future? Contradiction and reinvention in the age of climate change*. *Ecological Economics*, v. 84, p. 37-48, 2012.
- ANTAL, M. *Green goals and full employment: Are they compatible?* *Ecological Economics*, v. 107, p.276-286, 2014.
- AYRES, R. U.; KNEESE, A. V. 1969. *Production, consumption, and externalities*. *The American Economic Review*, v. 59 (3), p. 282–297, 1969.
- BAUHARDT, C. *Solutions to the crises? The green new deal, degrowth, and the solidarity economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective*. *Ecological Economics*, v. 102, p. 60-68, 2014.
- BERG, A.; HUKKINEN, J. *The paradoxo of growth critique: Narrative analysis of the Finnish sustainable consumption and pruduction debate*. *Ecological Economics*, v. 72, p.151-160, 2011.
- BLOEMMEN, M.; BOBULESCU, R.; LE, N. T.; VITARI, C. *Microeconomic degrowth: The case of community supported agriculture*. *Ecological Economics*, v. 112, p. 110-115, 2015.
- BOULDING, K. *The Economics of the Coming Spaceship Earth, Environmental Quality in a Growing Economy, Resources for the Future/Johns Hopkins Press*, pp. 3-14, 1966.
- BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

- CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.
- Comissão sobre o meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COSTANZA, R. *Ecological Economics: the Science and Management of Sustainability*. Columbia University Press, New York, 1991.
- COSTANZA, R; HOWARTH, R. B.; KUBISZEWSKI, I; LIU, SHUANG; MA, C.; PLUMECOCQ, G.; STERN, D. I. *Influential publications in ecological economics revisited*. *Ecological Economics*, v. 123, p. 68-76, 2016.
- EASTERLIN, R. A. *Does economics growth improve the human lot? Some empirical evidence*. New York: Academic Press: 98–125, 1974.
- FOURNIER, V. *Escaping from the economy: the politics of degrowth*. *International Journal of Sociology and Social Policy*, v. 28 (11/12), p. 528–545, 2008.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, Mass., EUA: Harvard University Press, 1971.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *Energy and economic myths*. *The Southern Economic Journal*, v. 41 (3), p. 347–381, 1975.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento: entropia, ecologia, economia**. Editora Senac, São Paulo, 2012.
- GRIETHUYSEN, P. *Bona diagnosis, bona curatio: How property economics clarifies the degrowth debate*. *Ecological Economics*, v.84, p. 262-269, 2012.
- INGEBRIGTSEN, S; JAKOBSEN, O. *Utopias and realism in ecological economics: Knowledge, understanding, improvisation*. *Ecological Economics*, v. 84, p. 84-90, 2012.
- KALLIS, G. MARTÍNEZ-ALIER, R.; NORGAARD, R. *Paper assets, real debts. Critical perspectives on international business*, v. 5 (1/2), p. 14-25, 2009.
- KALLIS, G.; NORGAARD, R. *Coevolutionary ecological economics*. *Ecological Economics*, v. 69 (4), p. 690-699, 2010.
- KALLIS, G. *In defence of degrowth*. *Ecological Economics*, v. 70, p.873-880, 2011.
- KALLIS, G.; KERSCHNER, C.; MARTÍNEZ-ALLIER, J. *The economics of degrowth*. *Ecological Economics*, v.84, p.172-180, 2012.
- KLITGAARD, K. A. & KRALL, L. *Ecological economics, degrowth, and institutional change*. *Ecological Economics*, v. 84, p. 247-253, 2012.

- KNEESE, A. V.; AYRES, R. U.; D'ARGE, R. C. *Economics and the environment: a materials balance approach*. *Resources for the Future*, Washington, District of Columbia, 1970.
- LATOUCHE, S. *Farewell to Growth*. Polity Press, Cambridge, 2009.
- MÄLER, K. G. *Environmental economics: a theoretical inquiry*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1974.
- MARTINEZ-ALIER, J.; PASCUAL, U.; VIVIEN, F.; EDWIN, Z. *Sustainable degrowth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm*. *Ecological Economics*, v. 69, p. 1741-1747, 2010.
- MARTINEZ-ALIER, J. Ecological Economics. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, 2013. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1377880436.FA_AGORA_2013_Martinez.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.
- MMA. DISPONÍVEL EM: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em 27 de setembro de 2016.
- MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, v. 26(74), p. 51-64, 2012.
- NOLL, R. G.; TRIJONIS, J. *Mass balance, general equilibrium, and environmental externalities*. *American Economic Review*, v. 61, p. 730-735, 1971.
- NORGAARD, R. B. *Development Betrayed: The End of Progress and Coevolutionary Revision of the Future*. Routledge, London, 1994.
- PIGOU, A. C. *The Economics of Welfare*. Nova York: Macmillan, 1920.
- RESEARCH & DEGROWTH. *Degrowth declaration of the Paris 2008 conference*. *Journal of Cleaner Production*, v. 18 (6), p. 523-524, 2010.
- ROPKE, I. *The early history of modern ecological economics*. *Ecological Economics*, v. 50, p. 293-314, 2004.
- ROPKE, I. *Trends in the development of ecological economics from the late 1980s to the early 2000s*. *Ecological Economics*, v. 55(2), p. 263-290, 2005.
- SCHNEIDER, F. G.; KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J. *Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue*. *Journal of Cleaner Production*, v. 18 (6), p. 511-518, 2010.

- SPASH, C. *Social ecological economic: understanding the past to see the future. American Journal of Economics and Sociology*, v. 70(2), p.340-375, 2011.
- SPASH, C. *New foundations for ecological economics. Ecological Economics*, v. 77, p. 36-47, 2012.
- TIETENBERG, T. H. *Specific taxes and pollution control. Quaterly Journal of Economics*, v. 87, p. 503-522, 1973.
- URHAMMER, E.; ROPKE, I. *Macroeconomics narratives in a world of crises: an analysis of stories about solving the system crisis. Ecological Economics*, v. 96, p. 62-70, 2013.
- Van den BERG, J.C.J.M. *Relax about GDP growth: implications for climate and crisis policies. Journal of Cleaner Production*, v. 18, p. 540–543, 2010.
- Van den BERG, J. C.J.M. *Environment versus growth – A criticism of “degrowth” and a plea for “a-growth”. Ecological Economics*, v.70, p.881-890, 2011.
- VICTOR, P. A. *Growth, degrowth and climate change: A scenario analysis. Ecological Economics*, v. 84, p. 206-212, 2012.
- WILSON, J.; TYEDMERS, P.; PELOT, R. *Contrasting and comparing sustainable development indicator metrics. Ecological Indicators*, v. 7, p. 299-314, 20